ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
CONSELHO SECCIONAL DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA GERAL DAS COMISSÕES

COMISSÃO DE DIREITO
PORTUÁRIO E MARÍTIMO DA OAB/DF

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

MANDATO 2018

Brasília, 19 de dezembro de 2018.

À
SECCIONAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO DISTRITO FEDERAL, SECRETARIA DAS COMISSÕES ESPECIAIS

Honrados com a iniciativa desta D. Ordem dos Advogados de constituição desta Comissão de Direito Portuário e Marítimo, os membros da desta Comissão vêm submeter a esta Seccional o presente relatório de atividades realizadas em seu segundo ano de atuação – 2018.

A Comissão de Direito Portuário e Marítimo da Seccional da Ordem dos Advogados do Distrito Federal ("CDPMDF"), instaurada por meio da Portaria nº 134/2016 de 8 de novembro de 2016, compõe-se atualmente por 32 membros, dentre os quais, advogados renomados, autoridades governamentais e representantes do setor.

Neste particular, a Comissão vem desenvolvendo importante papel na disseminação do conhecimento da área e, como órgão consultivo, revela-se de suma relevância, já que compete às comissões temáticas acompanhar a tramitação dos projetos de lei relativos às suas áreas de atuação, propondo modificações legislativas que tenham como objetivo o aprimoramento da legislação pertinente, bem como estabelecendo relações com órgãos federais e demais autoridades e intermediando o canal de acesso com a sociedade em prol da resguarda da segurança jurídica.

Desde a sua instauração, a Comissão se mostrou extremamente ativa e participativa. Inclusive, com o intuito de promover o desenvolvimento do setor portuário e marítimo, a Comissão a **1ª Rodada de Debates – Setor Portuário e Marítimo**, iniciativa recebida com bastante ânimo pelo setor, contando ainda com a presença dos grandes players e dos principais agentes públicos ligados à área.

Saudações.

Pedro Neiva de Santana Neto
Presidente da Comissão de Direito Portuário e Marítimo da OAB/DF.

MEMBROS:

Por ocasião da elaboração do presente Relatório de Atividades, segue abaixo a lista atualizada dos membros da Comissão Especial de Direito Portuário e Marítimo da OAB/DF:

Dr. Pedro Neiva de Santana Neto	Presidente
Dra. Beatriz Giraldez Esquivel Gallotti Beserra	Vice-Presidente
Dr. Bruno Guerra Neves da Cunha Frota	Secretário-Geral
Dr. Bruno de Morais Faleiro	Secretário-Geral Adjunto
Dr. Alexandre Moreira Lopes	Membro
Dr. Alexandre Rodrigues Souza	Membro
Dra. Ana Beatriz Fonseca Iunes	Membro
Dr. Benjamin Caldas Gallotti Beserra	Membro
Dra. Bruna do Canto Machado	Membro
Dra. Carolina Torres de Oliveira	Membro
Dr. Cassio Lourenço Ribeiro	Membro
Dr. Claudio Ribeiro Huguet	Membro
Dr. Conrado da Silveira Frezza	Membro
Dra. Fabiana de Oliveira Barbosa	Membro
Dr. Fábio Viana Fernandes da Silveira	Membro
Dr. Felipe de Assis Serra	Membro
Dr. Fernando Henrique Fontes dos Reis	Membro
Dr. Gustavo Assis de Oliveira	Membro
Dr. José Cardoso Dutra Júnior	Membro
Dr. Odilon Castello Borges Neto	Membro
Dra. Paula Cabral Vilela	Membro
Dr. Rodrigo Leonardo de Melo Santos	Membro
Dra. Tereza Cristina de Almeida Marins Gorito	Membro
Dr. Anderson Angelo de Oliveira	Membro-consultor
Dr. André de Fazio Neto	Membro-consultor
Dra. Cláudia Resende	Membro-consultor
Dra. Flavia Morais Lopes Takafashi	Membro-consultor
Dra. Luciana Cardoso Guerise	Membro-consultor
Dr. Mário Povia	Mmebro-consultor
Dr. Pedro Batista Neto	Membro-consultor
Almirante Murillo Barbosa	Membro-consultor
Srta. Nathália Caroline Fritz Neves	Membro-consultor

REUNIÕES 2018

DATA	HORA	LOCAL	PAUTA
18.01.2018	18:30	Sede OAB/DF	15ª Reunião Ordinária: Definição e Organização da 1ª Rodada de Debates – Setor Portuário e Marítimo.
22.02.2018	18:30	Sede OAB/DF	16ª Reunião Ordinária: Definição e Organização da 1ª Rodada de Debates – Setor Portuário e Marítimo.
23.03.2018	18:30	Sede OAB/DF	17ª Reunião Ordinária: Definição e Organização da 1ª Rodada de Debates – Setor Portuário e Marítimo.
05.04.2018	18:30	Sede OAB/DF	18ª Reunião Ordinária: Definição e Organização da 1ª Rodada de Debates – Setor Portuário e Marítimo.
19.04.2018	18:30	Sede OAB/DF	19ª Reunião Ordinária: Definição e Organização da 1ª Rodada de Debates – Setor Portuário e Marítimo.
03.05.2018	18:30	Sede OAB/DF	20ª Reunião Ordinária: Últimos ajustes da 1ª Rodada de Debates – Setor Portuário e Marítimo.
21.05.2018	18:30	Sede OAB/DF	1ª Reunião Extraordinária: Últimos ajustes da 1ª Rodada de Debates – Setor Portuário e Marítimo.
13.09.2018	18:30	Sede OAB/DF	21ª Reunião Ordinária: Bate-papo sobre o resultado da 1ª Rodada de Debates – Setor Portuário e Marítimo, bem como discussão sobre (I) a Taxa de escaneamento de contêineres; e (ii) a Resolução 2.900-ANTAQ.
Total: 8	7 Reuniões Ordinárias e 1 Reunião Extraordinária		

EVENTO PROMOVIDO PELA COMISSÃO: 1ª RODADA DE DEBATES – SETOR PORTUÁRIO E MATÍRIMO

A 1ª Rodada de Debates – Setor Portuário e Marítimo foi realizada no dia 24 de maio de 2018, no Auditório Ministro Pereira Lima, na sede do Tribunal de Contas da União ("TCU"), e contou com o apoio do próprio TCU e da Agência Nacional de Transportes Aquiaviários ("ANTAQ").

Com a finalidade de promover debates em busca de soluções para o desenvolvimento econômico do país e o crescimento do segmento portuário, o evento reuniu os principais agentes do setor, bem como entes públicos e advogados especializados em regulação portuária e marítima.

O evento foi composto por 5 painéis principais, cujos temas e palestrantes, bem como mediadores, estão transcritos abaixo:

PAINEL	DEBATEDOR/MEDIADOR	
Cerimônia de Abertura	**Dr. Juliano Costa Couto**	Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil no Distrito Federal – OAB/DF
	Ministro Raimundo Carreiro	Ministro do Tribunal de Contas da União – TCU
	Senador Wellington Fagundes	Presidente da Frente Parlamentar Mista de Logística de Transportes e Armazenagem (Frenlog)
Poder normativo das agências reguladoras e análise judicial do mérito administrativo	**Sr. Mario Povia**	Diretor Geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ
	Deputado Francisco Danilo Bastos Forte	Deputado Federal
	Ministro André Luís de Carvalho	Ministro do Tribunal de Contas da União – TCU
	Dr. Pedro Neiva	**MEDIADOR**
Limite de competência e harmonia de atuação entre os órgãos regulatórios e de controle externo	**Sr. José Di Bella Filho**	Diretor Presidente da Associação Brasileira dos Terminais Portuários – ABTP
	Dr. Osvaldo Agripino de Castro Júnior	Advogado Sócio Agripino & Ferreira Advocacia e Consultoria
	Dr. Rodrigo Abreu Belon Fernandes	Procurador-chefe Adjunto da Procuradoria Especializada do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE
	Dr. Tiago Gutierrez	Procurador da República
	Dr. José Dutra	**MEDIADOR**

Cobrança de taxa de segregação de contêiner e regulação econômica do setor portuário	**Dra. Cristiane Landerdahl de Albuquerque**	Coordenadora de Análise Antitruste do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE
	Almirante Murillo Barbosa	Diretor Presidente da Associação de Terminais Portuários Privados – ATP
	Dr. Diego de Paula	Gerente Jurídico da Portonave – Terminais Portuários de Navegantes
	Dra. Luciana Mattar Vilela Nemer	Advogada Sócia do escritório Mattar Vilela Advogados
	Dra. Beatriz Gallotti	**MEDIADOR**
A dinamização do mercado de navegação frente à Lei nº 9.432/1997.	**Sr. Luís Fernando Resano**	Vice-Presidente Executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Navegação Marítima – SYNDARMA
	Sr. Cláudio Loureiro da Silva	Diretor Executivo do Centro Nacional de Navegação – CENTRONAVE
	Dra. Eliane Maria Octaviano Martins	Presidente da Câmara de Arbitragem do Rio de Janeiro – CAMRJ
	Sr. Angelino Caputo e Oliveira	Diretor Executivo Associação Brasileira dos Terminais e Recintos Alfandegados – ABTRA
	Dra. Flávia Takafashi	**MEDIADOR**
Modelo de concessão – privatização das companhias de docas	**Sr. Luís Cláudio Montenegro**	Presidente da Companhia de Docas do Espírito Santo – CODESA
	Sr. Uriel de Almeida Papa	Diretor da Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Portuária e Ferroviária – TCU
	Sr. Diogo Piloni	Diretor do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República
	Sr. Clythio Backx Van Buggenhout	Presidente do Instituto Brasil Logística – IBL
	Dr. Bruno Frota	**MEDIADOR**
Cerimônia de Encerramento	**Dr. Francisval Fernandes**	Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ

A 1ª Rodada de Debates – Setor Portuário e Marítimo teve grande êxito em propiciar a discussão de importantes temas ligados à legislação pertinente, à regulação do mercado, aos entendimentos jurisprudenciais, entre outros aspectos relevantes. Em anexo, incluímos algumas notícias e repercussões positivas a respeito do evento.

Destaca-se que os setores marítimo e portuário atravessam, atualmente, um importante e delicado momento, com o projeto de reforma do Código Comercial e alterações substanciais do Livro sobre Direito Marítimo, além dos desdobramentos que a Nova Lei dos Portos trouxe para a atração de investimentos em infraestrutura neste não importante segmento de nossa economia.

Neste sentido, a Comissão de Direito Portuário e Marítimo da Seccional da Ordem dos Advogados do Distrito Federal cumpriu papel de destaque na consolidação de Brasília como centro de desenvolvimento de ideias na área do Setor Portuário e Marítimo, buscando sempre trabalhar na construção de soluções que promovam, cada vez mais, a evolução do judiciário brasileiro.

Renovando os meus sinceros votos de elevada estima e consideração, reafirmo a minha disposição a continuar contribuindo ainda mais para a difusão do direito marítimo e portuário no país.

Pedro Neiva de Santana Neto
(Presidente da "CDPMDF")

Beatriz Giraldez Esquivel Gallotti Beserra
(Vice-Presidente da "CDPMDF")

ANEXOS

1ª RODADA DE DEBATES

SETOR PORTUÁRIO E MARÍTIMO

24 de maio | 9h às 18:30 | Auditório Ministro Pereira Lira

Sede do Tribunal de Contas da União, St. de Administração Federal Sul 4 01 - Asa Sul, Brasília.

Programação
08:00 - Credenciamento
09:00 - 09:30 - CERIMÔNIA DE ABERTURA
- Dr. Juliano Costa Couto (Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil no Distrito Federal)
- Ministro Raimundo Carreiro (Ministro Presidente do Tribunal de Contas da União)
- Senador Wellington Fagundes (Presidente da Frenlog)

09:30 - 11:00 - PAINEL: PODER NORMATIVO DAS AGÊNCIAS REGULADORAS E ANÁLISE JUDICIAL DO MÉRITO ADMINISTRATIVO
- Dr. Mário Povia (Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ)
- Deputado Francisco Danilo Bastos Forte (Deputado Federal)
- Ministro André Luis de Carvalho (Ministro-Substituto do Tribunal de Contas da União - TCU)
- MEDIADOR: Dr. Pedro Neiva de Santana Neto (Advogado do escritório KINCAID | Presidente da Comissão de Direito Portuário e Marítimo da OAB/DF)

11:00 - 12:30 - PAINEL: LIMITE DE COMPETÊNCIA E HARMONIA DE ATUAÇÃO ENTRE OS ÓRGÃOS REGULATÓRIOS E DE CONTROLE EXTERNO
- Dr. José Di Bella Filho (Diretor Presidente da Associação Brasileira dos Terminais Portuários)
- Dr. Osvaldo Agripino de Castro Júnior (Advogado Sócio Agripino & Ferreira Advocacia e Consultoria)
- Dr. Rodrigo Abreu Belon Femandes (Procurador Chefe Adjunto da Procuradoria Especializada do CADE)
- Dr. Tiago Gutierrez (Procurador da República)
- MEDIADOR: Dr. José Dutra Júnior (Advogado Sócio do escritório Dutra e Associados Advocacia e Consultoria I Membro da Comissão de Direito Portuário e Marítimo da OAB/DF)

14:00 - 15:30 - PAINEL: COBRANÇA DE TAXA DE SEGREGAÇÃO DE CONTÊINER E REGULAÇÃO ECONÓMICA DO SETOR PORTUÁRIO
- Sra. Cristiane Landerdahl de Albuquerque (Coordenadora de Análise Antitruste do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE)
- Almirante Murillo Barbosa (Diretor Presidente da Associação de Terminais Portuários Privados - ATP | Membro da Comissão de Direito Portuário e Marítimo da OAB/DF)
- Dra. Luciana Mattar Vilela Nemer (Advogada Sócia do escritório Mattar Vilela Advogados)
- Dr. Diego de Paula (Gerente Jurídico da Portonave - Terminais Portuários de Navegantes)
- MEDIADOR: Dra. Beatriz Gallotti Beserra (Advogada Sócia do escritório Gallotti Advogados Associados I Vice-Presidente da Comissão de Direito Portuário e Marítimo da OAB/DF)

15:30 - 17:00 - PAINEL: A DINAMIZAÇÃO DO MERCADO DE NAVEGAÇÃO FRENTE À LEI N.º 9.432/1997
- Sr. Luís Femando Resano (Vice-Presidente Executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Navegação Marítima - SYNDARMA)
- Sr. Cláudio Loureiro da Silva (Diretor Executivo do Centro Nacional de Navegação - CENTRONAVE)
- Dra. Eliane Octaviano Martins (Presidente da Câmara de Arbitragem do Rio de Janeiro - CAMRJ)
- Sr. Angelino Caputo e Oliveira (Diretor Executivo Associação Brasileira dos Terminais e Recintos Alfandegados - ABTRA)
- MEDIADOR: Dra. Flávia Morais Lopes Takafashi (Superintendente de Fiscalização e Coordenação das Unidades Regionais da ANTAQ I Membro da Comissão de Direito Portuário e Marítimo da OAB/DF)

17:00 - 18:30 - PAINEL: MODELO DE CONCESSÃO - PRIVATIZAÇÃO DAS COMPANHIAS DE DOCAS
- Sr. Luís Cláudio Montenegro (Presidente da Companhia de Docas do Espírito Santo - CODESA)
- Sr. Uriel de Almeida Papa (Secretário da Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Portuária e Ferroviária - TCU)
- Sr. Diogo Piloni e Silva (Diretor do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República)
- Sr. Clythio Backx Van Buggenhout (Presidente do IBL)
- MEDIADOR: Dr. Bruno Guerra N. da Cunha Frota (Advogado do escritório Mattos Engelberg Advogados I Secretário-geral da Comissão de Direito Portuário e Marítimo da OAB/DF)

18:30 - 19:00 - CERIMÔNIA DE ENCERRAMENTO
- Dr. Francisval Mendes (Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ)

Inscrições limitadas: www.rodadadedebates.com.br

Notícias

Diretor Mário Povia participa de rodada de debates sobre o setor portuário e marítimo no TCU

By **Agencia Porto** | 25 Mai, 2018

O diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ, Mário Povia, participou ontem (24) da *1ª Rodada de Debates do Setor Portuário e Marítimo*, encontro realizado na sede do Tribunal de Contas da União – TCU, em Brasília. Povia integrou o painel sobre o poder normativo das agências reguladoras e a análise judicial do mérito administrativo.

O evento foi realizado pela Comissão de Direito Portuário e Marítimo da OAB-DF, com o patrocínio da Associação Brasileira de Terminais Portuários – ABTP, Associação de Terminais Privados – ATP, Instituto Brasileiro de Logística – IBL, Dutra e Associados Advocacia, Galloti Advogados Associados, Kincaid – Mendes Vianna Advogados e o apoio da ANTAQ e do TCU.

O também diretor da ANTAQ, Francisval Mendes, participou da cerimônia de encerramento e, além dos dois diretores, a superintendente de Fiscalização e Coordenação das Unidades Regionais da Autarquia, Flávia Takafashi, mediou o debate sobre a dinamização do mercado de navegação frente à Lei nº 9.432/1997, painel que contou com a participação do gerente de Afretamento da Navegação da Autarquia, Augusto Vedan.

Em sua fala no debate, Povia defendeu a privatização das companhias docas. "A privatização das docas seria um ganho, que vejo como uma pauta de médio prazo. O governo trabalhou e obteve avanços importantes na gestão das companhias, mas ainda há uma assimetria muito grande delas em relação aos terminais privados", apontou.

A respeito do projeto de lei das agências reguladoras, que está tramitando no Congresso, o diretor-geral da ANTAQ disse que o PL representa um avanço ao dar autonomia ao orçamento das ARs, ligando-o diretamente ao Ministério do Planejamento. Em relação à independência das Agências, Povia preferiu o termo autonomia, ainda que, a seu ver, "essa autonomia sempre será relativa em função da política pública emanada pelo governo".

Para o diretor-geral da ANTAQ, a agência tem muita força porque tem um segundo escalão forte. "Isso nos confere identidade e credibilidade. Além disso, os mecanismos e ferramentas de participação da sociedade vem ganhando muita força na Agência nos últimos anos. O nosso diálogo hoje com os usuários dos portos e do transporte aquaviário é frequente", ressaltou.

Povia também comentou sobre a sistematização da Análise de Impacto de Risco nas agências reguladoras: "A AIR sempre foi feita, mas de forma empírica. Agora, estamos fazendo de forma sistemática no âmbito de todas as agências reguladoras", salientou.

O diretor-geral da ANTAQ se referiu ainda às mudanças nos contratos do setor. "Os contratos evoluíram muito e agora contam com uma matriz de risco mais clara e segura. Agora, está claro o papel da União e dos empreendedores, o que traz uma segurança jurídica muito importante para os investimentos", observou.

Além do diretor-geral da ANTAQ, o painel foi integrado pelo presidente-substituto do TCU, ministro André Luiz de Carvalho, e pelo juiz federal, Itagiba Catta Preta, e foi mediado pelo advogado do escritório Kincaid, Pedro Neiva de Santana Neto.

Para o presidente-substituto do TCU, falta ao país a cultura da regulação. Segundo ele, o problema que estamos vivendo da paralização no transporte de combustíveis é um bom exemplo disso. "Nós vimos a Petrobras se manifestar, mas a Agência

Nacional de Petróleo não. Nós não deixamos a agência reguladora fazer regulação, porque não temos essa cultura. Há espaço jurídico para regulação, o desafio é enxergar que regular é diferente de legislar", observou.

Navegação

O painel mediado pela superintendente de Fiscalização e Coordenação das Unidades Regionais da Autarquia, Flávia Takafashi, contou com a participação do vice-presidente executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Navegação Marítima – Syndarma, Luís Fernando Resano, do diretor-executivo do Centro Nacional de Navegação – Centronave, Cláudio Loureiro de Souza, do gerente de Afretamento da Navegação da ANTAQ, Augusto Vedan, e do diretor executivo da Associação Brasileira de Terminais e Recintos Alfandegados – Abtra, Angelino Caputo de Oliveira.

Para o vice-presidente executivo do Syndarma, os modelos de navegação, disciplinados pela Lei 9.432/97, atendem perfeitamente a cabotagem e ao apoio marítimo. Em ambos os casos, "as embarcações estão maiores e tecnologicamente mais avançadas, mas continuam fazendo as mesmas coisas de quando a lei foi editada", afirmou Resano. O vice-presidente executivo do Syndarma reclamou a falta de uma política para a marinha mercante no país.

O diretor-executivo da Abtra, por sua vez, defendeu a inserção das empresas brasileiras de navegação no acordo para facilitação do comércio mundial, que está em vias de entrar em vigor. O acordo, ratificado pelo Brasil em fevereiro do ano passado, deve implicar em uma receita de US$ 1 bilhão por ano ao país, conforme observou Oliveira.

Os impostos e custos trabalhistas que incidem sobre a navegação brasileira também foram criticados pelos debatedores. Segundo o diretor-executivo do Centronave, Cláudio de Souza, em média, o navio estrangeiro custa quase a metade de um navio brasileiro. "Falta uma política de Estado para a construção naval", apontou. Souza lembrou ainda que a manutenção do calado do porto de Santos em 15 metros redundaria num ganho de 500 mil contêineres por ano, sem nenhum outro investimento adicional.

Encerramento

O diretor da ANTAQ, Francisval Mendes, participou da cerimônia de encerramento. Em seu pronunciamento, Mendes destacou a importância da Comissão de Direito Portuário e Marítimo da OAB-DF. "É merecido destacar que a sábia criação de uma comissão específica para se debruçar sobre temas afetos ao setor portuário brasileiro, instalada em Brasília, tem contribuído substancialmente na propagação de conhecimento técnico-jurídico de qualidade", afirmou.

O diretor da ANTAQ disse que estimular a competitividade e a concorrência são também tarefas da Agência e mencionou o papel do setor portuário no atual contexto econômico do país: "Como sabemos que não existem soluções mágicas, tampouco resultados imediatos, não, há que se falar em morosidade, mas, sim, em compreender que dada a complexidade do setor a evolução dos regimes jurídicos do sistema portuário nacional caminha em ritmo próprio. Os fatos históricos têm demonstrado que estamos no rumo certo, e essa é a razão de cada vez mais conquistarmos posições de destaque frente aos países economicamente desenvolvidos", finalizou.

Fonte: ANTAQ, 25/5/2018.

Tags: Diretor Mário Povia participa de rodada de debates sobre o setor portuário e marítimo no TCU

Compartilhe/Share:

PORTOS E LOGÍSTICA (/NOTICIAS/PORTOS-E-LOGISTICA) há 6 meses

Comissão defende maior debate de temas portuários e marítimos (/noticias/portos-e-logistica/comissao-defende-maior-debate-de-temas-portuarios-e-maritimos)

Divulgação OAB-DF

A Comissão de Direito Portuário e Marítimo da Ordem dos Advogados do Brasil do Distrito Federal (OAB-DF) identificou a falta de uma discussão mais ampla em todas as instâncias sobre os problemas regulatórios que afetam o setor aquaviário. O presidente da comissão, Pedro Neiva, considera que aproximar o judiciário do setor é fundamental para o poder normativo da agência reguladora avançar. Durante a 1ª Rodada de debates do setor portuário e marítimo, que ocorreu na última semana em Brasília, Neiva ressaltou que é inviável para juízes federais terem conhecimentos específicos de tantos mercados de infraestrutura, que incluem segmentos como: portos, aeroportos, rodovias, ferrovias e energia.

Na ocasião, o juiz federal Itagiba Catta Preta explicou que determinadas matérias só podem ser reguladas por lei. Ele disse que as agências reguladoras sabem que precisam coibir determinadas atividades e que, quando o judiciário é chamado a intervir, o processo pode ficar mais complicado e demorado. Para Catta Preta, quem entende dos temas específicos é a agência e quem entende de elaborar leis é o poder legislador. Segundo o juiz, a análise de impacto regulatório é uma ferramenta importante que deve preceder edição de normas.

Para o diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), Mário Povia, o modelo regulatório do setor aquaviário é bem consolidado. Ele ressaltou que

cabe às agências reguladoras elaborarem normas e ao poder legislativo ajustar os termos das leis às novas competências. O entendimento da Antaq é que agências são chamadas a deliberarem questões do dia-a-dia de quem vive o setor, pois as leis acabam não acompanhando. “Isso não nos impede de inserir na legislação temas que a agência está sendo demandada, mas requer rastro de regulamentação”, ponderou.

O advogado sócio da Agripino & Ferreira Advocacia e Consultoria, Osvaldo Agripino de Castro Júnior, avaliou que a insegurança jurídica do investidor é resultado de uma insegurança institucional. “Entendo que a lei pode dar um norte, mas critérios devem ser criados por lei ou resolução, que devem ser bem discutidas. Temos que valorizar a agência reguladora para que isso seja resolvido na agência. Um juiz de primeiro grau não é qualificado para resolver determinadas questões”, analisou.

O ministro-substituto do Tribunal de Contas da União (TCU), André Luis de Carvalho, afirmou que falta uma cultura de regulação no Brasil e que no país há o costume de se achar que mudança de leis mudam valores sociais e econômicos imediatamente. Segundo Carvalho, deveria ter sido elaborado um plano nacional de regulação paralelo ao programa nacional de desestatização (PND) criado na década de 1990.

Ele acrescentou que a política de regulação no Brasil é deficiente e muitas vezes um órgão não apoia determinada política praticada por outro órgão. Além disso, ele apontou a ingerência política nas áreas técnicas e a falta de regulamentação da atividade do ‘lobby’ no país. “Todos fingimos que não há *lobby* no Brasil, mas ele existe em todos os níveis”, observou. Carvalho disse ainda que as comissões temáticas no Congresso deveriam ser mais atuantes no sentido de cobrar políticas públicas para o setor.

O diretor-presidente da Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ABTP), José Di Bella, ressaltou que terminais portuários (arrendamentos e privados) vivem a impedância do desenvolvimento nos órgãos de controle. Ele defendeu que regulação e controle tenham papéis distintos e retirem as aparas do mercado. A associação voltou a reivindicar a eficácia do Decreto dos Portos (9048/2017), alegando que esse impasse impede o avanço buscado em trabalho conjunto por entidades setoriais. Um dos entraves é a dificuldade de adaptação dos contratos ao novo regime.

O procurador-chefe adjunto da procuradoria especializada do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), Rodrigo Abreu Belon Fernandes, identificou necessidade de mais interlocução entre órgãos públicos e considerou que o debate sobre regulação no país é relativamente novo. “Começamos um caminho longo para desenvolvimento do mercado. 20 ou 30 anos falando de regulação são pouco tempo”, estimou. Fernandes explicou que o Cade tende a não intervir quando reconhece que a agência reguladora consegue tratar de determinado tema com clareza. Ele destacou um memorando de colaboração firmado este mês entre o Cade e a Antaq.

O procurador da República, Tiago Gutierrez, considerou que o controle deve ser aprimorado para valorizar o posicionamento das agências. “É relevante trabalho preventivo, buscar diálogo com órgãos reguladores e setores regulados”, comentou. Ele acredita que o fortalecimento da regulação depende do aumento de transparência e da valorização do planejamento, que deve ir além da atuação do Ministério Público Federal (MPF), agentes do setor, usuários e demais órgãos de controle. Já o advogado e sócio do escritório Dutra e Associados, José Dutra Júnior, acrescentou que quanto mais transparente e aberta for a agência maior será a legitimidade dos atos.

Por Danilo Oliveira
(Da Redação)

Comentários

0 comentários Classificar por **Mais antigos**

Adicione um comentário...

Plugin de comentários do Facebook